

Disputa de narrativas e conflito político: a prisão de Lula

Resumo: O ano de 2018 foi particularmente conturbado para a história política brasileira recente. Os desdobramentos das pendências judiciais envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram um campo aberto de embates entre representações opostas acerca não somente das questões penais mas sobretudo do próprio personagem *Lula* e o seu legado político. A prisão do político contribuiu para acirrar os ânimos daqueles que forneceram (e ainda fornecem) interpretações opostas acerca do evento, impossibilitando o consenso acerca da questão. Tais divergências, tendo por pano de fundo um cenário político polarizado desde as eleições de 2014, foram temas centrais do debate no processo eleitoral e ainda não foram postas a termo.

Palavras-chave: *História do Tempo Presente; Disputa de narrativas; Lula*

No último sábado, 15/12, o professor de Harvard Roberto Mangabeira Unger concedeu entrevista à Folha de São Paulo, na qual discorreu suas análises acerca do processo eleitoral. Filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), Mangabeira esteve engajado na candidatura do também pedetista Ciro Gomes, terceiro colocado na disputa ao Palácio do Planalto em outubro.

Questionado sobre o significado das eleições de 2018, o intelectual respondeu:

[Folha] Qual o significado da eleição de 2018? [Mangabeira Unger] *Foi um plebiscito sobre a volta do PT. A maioria decisiva dos brasileiros estava disposta a pagar quase qualquer preço para evitar o retorno do PT. O PT e o Lula deveriam ter tido a grandeza de reconhecer que a maioria dos brasileiros não aceitaria a volta do PT. Não havia qualquer chance de vitória do candidato do PT, mesmo que Lula pudesse ter sido candidato. O natural é que o PT desde o início tivesse apoiado Ciro.*

A fala do professor está repleta de pontos importantes para se pensar a questão. Em primeiro lugar, é importante considerar o seu ponto de vista enquanto *guru* de uma candidatura de oposição à Lula e que, embora tenha buscado demonstrar certo afastamento com relação ao capital do líder petista, colocou-se como alguém do mesmo campo *progressista*, tendo relevado, inclusive, a condição de ex-aliado dos

governos do Partido dos Trabalhadores¹. Partindo dessa premissa, chegamos ao segundo lugar. Ao colocar que *O natural é que o PT desde o início tivesse apoiado* *Ciro*, o filósofo destaca o espaço que concebe ser como do candidato pedetista: liderar uma candidatura que congregasse os diferentes setores progressistas diante da impossibilidade de que esta fosse feita por Lula, devido ao seu impedimento jurídico. Portanto, a questão do aprisionamento do ex-presidente, ocorrida em maio de 2018 está diretamente relacionada à própria definição do *campo progressista* ou da *esquerda* ou ainda, da *centro esquerda*, como *Ciro* colocou ao longo da corrida eleitoral, em um momento onde havia a pronunciada chance de eleição do candidato de extrema-direita, *Jair Messias Bolsonaro*, o que se concretizou em segundo turno do pleito. Tais questões nos levam ao terceiro ponto: *Foi um plebiscito sobre a volta do PT. A maioria decisiva dos brasileiros estava disposta a pagar quase qualquer preço para evitar o retorno do PT*. De forma diferente, este ponto foi colocado em questão por outras candidaturas. *Geraldo Alckmin*, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) se colocou como o mais forte para vencer o PT, ao sugerir que *Voto em Bolsonaro é passaporte para a volta do PT*². No Espírito Santo, o candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ao governo estadual declarou ainda no primeiro turno voto em *Bolsonaro*, apesar de, a nível nacional, o seu partido ter se coligado com a candidatura de *Alckmin*³.

¹ Dentre outras coisas, *Ciro* buscou enfatizar a condição de ex-ministro da Integração Nacional (2003-2006) durante o primeiro governo e o apoio ao governo *Dilma Rousseff* quando da ocasião do *impeachment* em 2016, referido pelo político como *golpe*. Por outro lado, o candidato do PDT buscou se diferenciar da liderança petista, especialmente após a negativa do PT em retirar a candidatura deste e o pacto de neutralidade com o PSB que resultou no isolamento político de *Ciro*.

² Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/votar-no-bolsonaro-e-o-passaporte-para-a-volta-do-pt-diz-alckmin,5fe7ce7aaddf39ae9d46e1a90f7c2670aj5d27up.html> Acesso em 18 de dezembro de 2018

A fala de *Alckmin* não deixa de estar eivada de melancólica ironia; seu partido, o PSDB, foi derrotado nas eleições presidenciais entre 2002 e 2014, tendo o próprio ex-governador de São Paulo sido derrotado por *Lula* em 2006.

³ Disponível em: https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/eleicoes_2018/2018/10/arideldo-participa-de-carreata-na-capital-em-apoio-a-bolsonaro-1014151201.html Acesso em 18 de dezembro de 2018

O fraco desempenho eleitoral do candidato tucano acabou contribuindo para o crescimento de Bolsonaro até mesmo entre as fileiras do eleitorado do PSDB: Alckmin chegou às vésperas da eleição com 7% das intenções de voto⁴, segundo o Datafolha, tendo conquistado 4,76% dos votos no primeiro turno⁵. Além disso, a opção por Bolsonaro num embate contra o candidato petista se deve também a um ímpeto por *renovação*, presente mais no discurso do que nas iniciativas do presidente eleito e sua equipe, enquanto Alckmin e seus partidários amargaram forte desgaste especialmente ao *impeachment* da presidente Dilma e ao impopular governo de Michel Temer.

Portanto, temos duas perspectivas diferentes a respeito do papel exercido pelo PT nas eleições presidenciais de 2018 com relação à candidatura de Jair Bolsonaro: a primeira é de alguém que se apresenta situado em campo próximo ao do partido e que inclusive foi seu aliado anteriormente, mas que ao mesmo tempo busca se diferenciar deste, com o intuito de se aproveitar do seu capital mas diferenciando-se de eventuais falhas, almejando, assim, uma fatia do eleitorado que não queria nem o PT nem Bolsonaro; a segunda também se assume nesse ponto, com a diferença de sempre ter sido oposição aos governos petistas e se oferecendo como alternativa em um campo político-ideológico mais próximo ao de Bolsonaro, sobretudo no tocante à economia política.

Aridelmo também alegou o seguinte: *O objetivo não é conquistar votos, inclusive devo perder votos. Estamos fazendo essa opção pelo Brasil. Não podemos deixar o PT assumir o poder novamente. Tem pessoas que estavam me apoiando e agora não me apoiarão mais. Outras estão vindo.* Tal posicionamento gerou repercussões; o vereador de Vitória, Roberto Martins, também do PTB, expressou crítica ao candidato do seu partido e declarou que não mais votaria nele. Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/velha-politica> Acesso em 18 de dezembro de 2018

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/06/datafolha-para-presidente-votos-validos-bolsonaro-40-haddad-25-ciro-15-alckmin-8.ghtml> Acesso em 19 de dezembro de 2018

Interessante enfatizar que o desempenho de Geraldo Alckmin foi muito abaixo também em São Paulo, estado que o tucano governou de 2001 a 2006 e 2011 a 2018 e está sob o comando do PSDB desde 1995 e estará pelos próximos quatro anos, com a eleição de João Dória.

⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2018/apuracao/2turno/brasil/> Acesso em 19 de dezembro de 2018

E o PT? Qual seu significado frente à corrida eleitoral?

A situação que o partido se encontrava antes das eleições era realmente complicada. O capital político acumulado nos anos de bonança dos governos Lula até a metade do primeiro mandato de Dilma Rousseff se dissolveram a partir de 2013, no bojo das manifestações conhecida como Jornadas de Junho, diversos grupos de direita e extrema-direita, inclusive, ganharam as ruas e canalizaram as insatisfações de grupos opositores ao PT e do que seus governos representaram. Durante o ano de 2014, as tensões se agravaram após as primeiras revelações da Operação Lava Jato, e se refletiram no pleito, fortemente polarizado entre as candidaturas de Dilma e Aécio Neves, do PSDB, tendo a eleição se decidido por uma pequena margem de votos a favor da petista. Ainda em 2014, no dia 18 de dezembro, o advogado do PSDB pediu a diplomação do candidato de seu partido e a inelegibilidade de Dilma, alegando abuso de poder econômico, o que não se concretizou⁶.

A vida de Dilma em seu segundo mandato não seria nada fácil.

Já no começo do novo mandato, a primeira presidenta do Brasil enfrentou a greve dos caminhoneiros no mês de fevereiro de 2015, além das manifestações em prol de seu *impeachment*. A relação desta com o Congresso mostrava-se fragilizada, principalmente devido a eleição de Eduardo Cunha, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, hoje MDB)⁷. O mesmo Cunha, meses mais tarde, deu abertura ao processo de *impeachment* de Dilma, em ato de franca chantagem

⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/psdb-pede-tse-cassacao-de-dilma-e-posse-de-aecio-como-presidente.html> Acesso em 19 de dezembro de 2018

⁷ Fato demonstrativo das tensões do início do governo é a crise aberta em março de 2015 protagonizada pelo então ministro da Educação, Cid Gomes, que chamou deputados em um evento com estudantes no Pará da base do governo de *achacadores* e, instado a dar explicações, não somente confirmou o que havia dito, como também subiu o tom das acusações. Em seguida, o irmão de Cid Gomes e senador eleito pelo estado do Ceará, pediu demissão. O presidente da Câmara já havia dado sinais de retaliação ao governo caso o ministro fosse mantido no cargo, em nome da *autonomia do Legislativo*.

com a chefe do Poder Executivo, após os deputados do PT terem votado a favor da investigação do deputado no Conselho de Ética da Câmara por quebra de decoro⁸. Em 2016, o governo Dilma degradingolou de vez, erodidas as bases de diálogo com a situação e com o próprio Legislativo como um todo. Cabe destacar que dos doze partidos da coalizão que a-apoiava, nove também apoiaram o governo Temer; 194 dos 367 deputados que votaram a favor do *impeachment* (52,9%) vieram de partidos que integravam a base do governo, como, por exemplo, o PSD e PRB (LIMONGI, 2017, pp. 5-6).

Nos estertores do mandato, Dilma nomeou Lula como ministro chefe da Casa Civil. A medida teria como objetivo, segundo interlocutores do governo, contribuir para a recomposição da base de apoio no Congresso Nacional, enquanto para opositores, visava garantir o ex-presidente o foro privilegiado, livrando-o da alçada de Sérgio Moro, juiz responsável pelos casos da Operação Lava Jato, que, a aquela altura, havia alcançado o líder petista. De todo modo, a iniciativa foi representada como exemplo do papel central que este político tinha (e ainda tem) para as articulações políticas, visto por uns como representante máximo da esquerda política, dotado de legitimidade conferida pelos seus mandatos como presidente da República e por outros como elemento maior da organização criminosa voltada a penetrar a máquina do Estado e garantir a perpetuação dos seus crimes.

Em março de 2016, o jornalista Felipe Moura Brasil, colunista da Revista Veja publicou em seu blog a seguinte postagem: “*Dilma aceita oferecer ministério a Lula para evitar prisão na Lava Jato. Corra, Lava Jato!*”, na qual discorre justamente sobre as motivações que levariam a tal nomeação⁹:

Se o próprio Lula virasse ministro da Justiça para barrar as investigações de que é alvo, aí então seria o apogeu do escárnio petista.

O cálculo de Lula e Dilma, portanto, têm de levar em consideração a situação política e penal de cada um e do PT.

⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/conselho-de-etica-instaura-processo-para-investigar-eduardo-cunha.html> Acesso em 19 de dezembro de 2018

⁹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/dilma-aceita-oferecer-ministerio-a-lula-para-evitar-prisao-na-lava-jato-corra-lava-jato/> Acesso em 2 de janeiro de 2019

A de Lula ficou ainda mais complicada com a descoberta de uma troca de e-mails entre um diretor do Instituto Lula e executivos da OAS, que indicam um pagamento de US\$ 200 mil por suposta palestra do petista no Chile antes da formalização do contrato.

O episódio foi interpretado de outra forma pelo jornalista Janio de Freitas, em artigo na Folha de junho de 2016¹⁰.

Se nomeado ministro, inquéritos e possíveis julgamentos de Lula não seriam evitados nem sustados em seu decorrer. Apenas subiriam de instância no Judiciário, passando a tramitar no Supremo Tribunal Federal. Não mais na mesa, nas gavetas e nas celas do juiz Sergio Moro em sua primeira instância.

Para cima ou, como no mensalão do PSDB mineiro, para baixo, a mudança de instância é um direito das defesas, muito comum. E procedimento previsto nas normas dos processos em geral. Atribuir obstrução a Dilma e Lula por ato que mudaria a instância de eventual processo é, para dizer o mínimo, alegação sem fundamento. Inverídica.

Percebe-se que Felipe Moura Brasil indica a articulação da qual Lula faria parte como uma forma de *escárnio* deste e da então presidenta Dilma Rousseff, sendo parte de algo maior, uma política que era marcada por tal tipo de escândalo, sendo a nomeação de Lula o *auge* desse tipo de fazer política. Já Janio de Freitas enfatiza o aspecto legal da medida, que não configuraria obstrução de justiça, somente mudaria a instância do julgamento. Além disso, Janio fundamenta seu argumento acerca da plausibilidade da ação comparando com o caso do PSDB mineiro.

Importante citar que os casos de corrupção envolvendo o PSDB forneceram ampla argumentação para a narrativa petista, que critica as iniciativas do judiciário acerca do PT sem, contudo, ter a mesma postura com os tucanos, como indica o jornalista

¹⁰ Cito aqui conforme publicado no Jornal GGN. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/nomear-lula-ministro-nao-foi-obstrucao-a-lava-jato-diz-janio-de-freitas>
Acesso em 2 de janeiro de 2019

Ricardo Kotscho¹¹, ao analisar a prisão e o julgamento do ex-governador de Minas Gerais Eduardo Azeredo:

Dizem que a lei é igual para todos, mas não é bem assim. Depende do réu. Se o réu for um tucano, como o ex-governador mineiro Eduardo Azeredo, condenado a 20 anos e um mês de prisão por um crime cometido há 20 anos, pena confirmada nesta terça-feira pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ainda não se sabe se, e quando, ele será preso.

Ex-presidente nacional do PSDB, Azeredo foi acusado de comandar o mensalão tucano em Minas na sua campanha de reeleição de 1998 _ sete anos antes, portanto, da denúncia contra o mensalão do PT (...).

O advogado de Eduardo Azeredo, Castellar Guimarães Filho não se abalou com a derrota.

“Eu convivo com o otimismo e meu otimismo é sempre acentuado. Temos um recurso ajuizado no STJ e acredito piamente que eles irão reconhecer a nulidade. Com isso, o processo terá de voltar à primeira instância”.

Entenderam? É assim que funciona quando o processo não está nas mãos dos juízes da Lava Jato.

Entre a primeira instância e os tribunais superiores, o processo vai e volta, ninguém parece ter pressa. Azeredo estava tão tranquilo que nem compareceu ao julgamento.

Para a narrativa crítica à prisão de Lula, a dita parcialidade envolvendo políticos do PSDB tornou-se um ponto fundamental para a crítica ao sistema judiciário. O papel do juiz Sérgio Moro também foi bastante questionado, tanto por Freitas, quanto por Kotscho.

Janio de Freitas também aponta:

“O juiz Sergio Moro proclamou sua competência –no sentido de poder, direito– para julgar Lula e outros por obstrução à Justiça, em especial à sua Lava Jato, na pretendida e frustrada nomeação do ex-presidente para o ministério de Dilma. Ninguém duvida, Deus nos livre, da competência reconhecida ao jovem juiz para mandar prender, engaiolar pelo tempo que quiser, acusar do que queira, julgar, condenar, dar liberdade a criminosos delatores, seja quem for o seu alvo. Competência a que o Supremo Tribunal

¹¹ Disponível em: <https://www.balaidokotscho.com.br/2018/04/24/tucano-condenado-a-20-anos-depois-de-20-anos-continuara-solto/> Acesso de 2 de janeiro de 2019

Federal se curva mais uma vez, autorizando o inquérito contra Lula e Dilma.”

Nesse aspecto, Ricardo Kotscho é mais discreto; no trecho citado, ao criticar a lentidão das investigações que não estão na alçada da Operação Lava Jato, deixa implícita a distinção entre o trâmite dos casos de Azeredo e Lula.

Em setembro de 2016, o famigerado *PowerPoint de Dallagnol* foi um elemento a mais do conjunto de acontecimentos precedentes da prisão do ex-presidente.



Em coletiva de imprensa voltada a detalhar as denúncias oferecidas contra Lula, o procurador geral da República e coordenador da Operação Lava Jato Deltan Dallagnol se utilizou da apresentação em formato PowerPoint, tal como destacado acima. Dallagnol se refere a Lula como *general* ou *comandante máximo* do esquema criminoso¹².

O comportamento do Poder Judiciário, especialmente de Deltan Dallagnol e Sergio Moro são centrais na disputa de narrativas envolvendo Lula. Representam, por um lado, o anseio da elite golpista em derrubar Lula a qualquer custo, e de outro, a aspiração de moralizar a política brasileira e extirpar o mal da corrupção. Na história republicana brasileira temos exemplos fortes a esse respeito. O discurso moralizador

¹² O ex-presidente moveu ação contra o procurador, pedindo indenização por danos morais, mas o pedido foi negado pelo Tribunal. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/tribunal-nega-pedido-de-indenizacao-de-lula-contra-powerpoint-do-deltan/> Acesso em 2 de janeiro de 2019

foi utilizado na campanha para derrubar Getúlio Vargas, no golpe de 1964, na eleição de Fernando Collor em 1989, na crise do Mensalão, em 2005, no *impeachment* de Dilma em 2016 e agora, mais do que nunca, na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. A corrupção é uma chave explicativa da política no Brasil, elemento culpado pelos problemas políticos, econômicos e culturais do país (KNACK, 2018, pp. 23-24).

Tais representações apontam para o entrelaçamento entre o político e o cultural; as ações políticas não são ditadas somente pela racionalidade e por interesses bem definidos, mas também por sentimentos e sensibilidades que vão além do que visa um objetivo ditados por uma compreensão positiva da realidade (MOTTA, 2013, p. 11). Na historiografia política, a consideração de tais aspectos é muito recente e data da chamada *Nova História Política*, emergente a partir dos anos 1980. Dentre os autores filiados a tal grupo, destaca-se a relevância de Serge Berstein, que indicou a importância da compreensão dos comportamentos políticos a partir de uma abordagem propriamente histórica, sem determinar sua natureza a outras esferas da vida social, como, por exemplo, o econômico (BERSTEIN, 2009, p. 30). É o conceito de Cultura Política.

O entrelaçamento à história cultural indica uma nova compreensão epistemológica em um contexto de transformação também deste campo. Os conceitos de práticas e representações sociais possuem um papel fundamental para tal direcionamento e de modo mais importante, para a leitura que fazemos aqui. Compreendendo práticas como *usos cotidianos das representações*; por suas vez, as representações são responsáveis por *enunciar e modificar a realidade* (BURKE, 2005, p. 163). Ou seja, para além de tomar a realidade como algo existente por si só, ela é também uma construção, ordenada de forma a criar autoridades e dominações de caráter simbólico e, por que não dizer, político (CHARTIER, 1987, pp. 22-23).

Ao tratar da prisão do ex-presidente Lula e os episódios da conjuntura política, vemos que certas representações foram e são cruciais para determinar o rumo como as ações são tomadas e encaminhadas. Dentre os apoiadores do líder político, é fundamental indicar que o próprio ato da prisão foi cercado de representações

acerca da *resistência* aos desmandos da parcial Operação Lava Jato, como o ato religioso em memória de ex-primeira dama Marisa Letícia, morta em 2017 e o discurso proferido por Lula para a massa de apoiadores que se encontrava diante do sindicato onde se aquartelou quando da expedição da ordem de prisão.

Neste discurso, Lula indica alguns pontos importantes que cristalizam os usos do ato para consolidar um discurso utilizado na campanha eleitoral e até mesmo após a eleição de Jair Bolsonaro. A vinculação da candidatura de Fernando Haddad ao ex-presidente (*Haddad é Lula*) e a campanha pela sua libertação (*Cadê a prova contra Lula?* e *#LulaLivre*) estão assentadas em vários pontos colocados na fala desta¹³.

Eu então, companheiros, resolvi levantar a cabeça. Não pense que eu sou contra a Lava Jato não. A Lava Jato, se pegar bandido, tem que pegar bandido mesmo que roubou e prender. Todos nós queremos isso. Todos nós a vida inteira dizíamos: “A Justiça só prende pobre, não prende rico”. Todos nós dizíamos. E eu quero que continue prendendo rico. Eu quero. Agora qual é o problema? É que você não pode fazer julgamento, subordinado à imprensa. Porque no fundo, no fundo, você destrói as pessoas na sociedade, na imagem da pessoas e depois os juízes vão julgar e vão dizer “eu não posso ir contra a opinião pública tá pedindo pra caçar”. Quem quiser votar com base na opinião pública largue a toga e vá ser candidato a deputado, escolha um partido político e vá ser candidato. Ora, a toga ela é o emprego vitalício. O cidadão tem que votar apenas com base nos autos do processo, aliás eu acho que ministro da Suprema Corte não deveria dar declaração de como vai votar. Nos EUA termina a votação e você não sabe em quem o cidadão votou exatamente para que ele não seja vítima de pressão.

Percebe-se, primeiramente, um teor crítico contra a condução da Operação Lava Jato e a sua propalada parcialidade. A politização das ações do Poder Judiciário e as diferenças não somente nas penas aplicadas a petistas e tucanos, mas, sobretudo, no tocante à celeridade dos processos - como no excerto do artigo do jornalista Ricardo Kotscho citado acima. Tal ambiente é utilizado sobremaneira pela

¹³ As citações a seguir constam na postagem do blog Maria Frô, do site Revista Fórum. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/mariafro/2018/04/08/o-discurso-historico-de-luiz-inacio-lula-da-silva-em-07042018/> Acesso em 3 de janeiro de 2019

grande mídia, citada por Lula e que, segundo ele, é parte no conluio para tirá-lo das eleições e destruir sua reputação. O relacionamento entre mídia e justiça, criticado pelo ex-presidente no trecho destacado do discurso é ainda mais flagrante ao observar capas de revistas como a Veja e a IstoÉ, destacando o protagonismo de Sergio Moro no combate à corrupção e como inimigo nº1 de Lula e do PT, alvo de críticas mordazes de tais veículos.



A capa da IstoÉ traz entrevista exclusiva com o juiz e o trecho destacado envolve diretamente Lula. Por sua vez, a da Veja é ainda mais enfática: O trecho “Ele salvou o ano!” vem à frente de uma foto do rosto de Moro, olhando ao horizonte, quase que como um super-herói.¹⁴

Tal uso político fica ainda mais evidente quando considerados dois acontecimentos, um anterior, outro posterior à prisão: o primeiro é o *impeachment* de Dilma Rousseff, processo amplamente questionado por conta da natureza do crime imputado à mandatária: as *pedaladas fiscais* constituíram crime de fato? As constantes alegações de que a derrubada de Dilma se deveram mais ao chamado *conjunto da*

¹⁴ Disponíveis em: <https://istoe.com.br/vamos-apresentar-projeto-para-pena-em-2a-instancia/> e em <https://veja.abril.com.br/politica/manifesto-de-advogados-dribla-todas-as-questoes-honestas-sobre-a-lava-jato/>

obra ao invés do *crime de responsabilidade* não revelam mais do processo do que propriamente a preocupação com a moralidade pública (MOTTA, 2018, pp. 422-423)¹⁵.

O *golpe* desferido contra Dilma, peça chave na narrativa petista, aparece no discurso, tendo por fundo a conspiração movida pela grande mídia aliada aos opositores políticos do partido:

Eu tenho mais de 70 horas de Jornal Nacional me triturando. Eu tenho mais de 70 capas de revista me atacando. Eu tenho mais de milhares de páginas de jornais e matérias me atacando. Eu tenho mais a Record me atacando. Eu tenho mais a Bandeirantes me atacando, eu tenho a rádio do interior me atacando. *E o que eles não se dão conta é que quanto mais eles me atacam mais cresce a minha relação com o povo brasileiro (...).*

Vocês estão lembrados de que quando eu fui prestar depoimento lá em Curitiba, eu disse para o Moro: “Você não tem condições de me absolver porque a Globo tá exigindo que você me condene e você vai me condenar.

Pois bem, eu acho que tanto o TRF4, quanto o Moro, a Lava Jato e a Globo, eles têm um sonho de consumo. O sonho de consumo é que primeiro: o golpe não terminou com a Dilma. O golpe só vai concluir quando eles conseguirem convencer que o Lula não possa ser candidato a presidência da república em 2018. Não é que eu não vou ser, eles não querem que eu participe porque existe a possibilidade de cada um se eleger, eles não querem o Lula de volta porque pobre na cabeça deles não pode ter direito. Não pode comer carne de primeira. Pobre não pode andar de avião. Pobre não pode fazer universidade. Pobre nasceu, segundo a lógica deles, para comer e ter coisas de segunda categoria.

¹⁵ Em seu voto no Senado, a senadora do Espírito Santo Rose de Freitas (à época no PMDB, hoje no PODEMOS) alegou que as medidas fiscais do governo não constituíam crime de responsabilidade; todavia, votou favoravelmente ao *impeachment*. O mesmo foi alegado pelo senador de Rondônia Acir Gurgacz (PDT). No fundo das argumentações de ambos, a motivação fora a falta de governabilidade de Dilma. Disponíveis em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2016/08/rose-de-freitas-diz-que-dilma-esta-sendo-afastada-por-falta-de-coalizao> Acesso em 3 de janeiro de 2019 e <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senador-vota-pelo-impeachment-mas-diz-que-nao-ha-crime-de-dilma.html> Acesso em 3 de janeiro de 2019

As causas de tal conspiração tem a ver com o legado social do governo Lula, como o próprio coloca em sua fala. O papel emancipatório dos mandatos do Partido dos Trabalhadores é posto de forma central em seu discurso e contribui para criar uma figura vitimizada pelas arbitrariedades do Judiciário contra alguém que buscou somente o bem do povo.

Por outro lado, na imprensa opositora à Lula, a sua prisão foi falada e explorada por jornalistas como Diogo Mainardi, que, inclusive, notabilizou-se pelo meme *Lula preso amanhã*. Este e outros colegas como Joice Hasselmann - eleita deputada federal pelo Partido Social Liberal (PSL), de Bolsonaro -, Reinaldo Azevedo, dentre outros, ganharam destaque pelo tom por vezes virulento adotado contra o petista e seus correligionários.

O amanhã, enfim, chegou no dia 7 de abril de 2018.

Condenado, em 2017, a 9 anos e seis meses de prisão por Sergio Moro, pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá, Lula apelou da sentença à segunda instância.

O TRF-4, então, confirmou por unanimidade a condenação, no final de janeiro: os desembargadores foram ainda mais duros do que Moro, aumentando a pena do petista para 12 anos e um mês de reclusão.

Para os petistas, ficou ainda mais difícil defender a versão de que Moro perseguia Lula.

A primeira consequência da condenação no tribunal de apelação veio um dias depois.

Lula tinha viagem marcada para a Etiópia, onde palestraria sobre “combate à corrupção” (deve ser piada), mas foi impedido de deixar o país pelo juiz Ricardo Leite, da Justiça Federal do DF.

Leite apontou o real risco de fuga do condenado e determinou a apreensão de seu passaporte, informação revelada por O Antagonista.

Dias depois, O Antagonista faria outra revelação sobre os planos internacionais de Lula: o petista pretendia pedir asilo em uma embaixada sul-americana em Brasília (Equador ou Bolívia, provavelmente), para escapar da prisão iminente.

Frustradas as duas tentativas, a defesa do condenado multiplicou as chicanas, apresentando à Justiça seguidos habeas corpus. Todos foram negados.

Finalmente, no dia 5 de abril, o Supremo Tribunal Federal negou, por 6 votos a 5, um HC preventivo para o petista, abrindo o caminho de Lula para a cadeia.

No mesmo dia, o TRF-4 enviou ofício a Sergio Moro autorizando a execução da pena: 19 minutos depois, o então juiz da Lava Jato expediu a ordem de prisão.

A sequência da história é patética.

Lula meteu-se, com um grande número de asseclas, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, prometendo resistência e desobedecendo a ordem de Moro.

Ficou lá por dois dias, até se entregar e ser levado pelos agentes da PF para Curitiba, onde cumpre pena.

Ao contrário do que diziam os petistas, que previam uma convulsão social, o Brasil foi dormir em paz, mais justo¹⁶.

Mainardi descreve a situação como quem revelasse a nudez do rei, ridicularizando o ato protagonizado por Lula quando de sua prisão, bem como desclassificando seus partidários, além de *revelar* planos de fuga. Outro ponto destacado pelo jornalista é a contenda judicial iniciada após a prisão, passando pelo imbróglio da tentativa de *habeas corpus* em pleno domingo.

Lula voltaria a desafiar a Justiça nas eleições.

Condenado em segunda instância, ele estava automaticamente impossibilitado de disputar o pleito, mas, outra vez, apostou na construção de uma farsa.

Apresentou-se como preso político e candidato, dizendo acreditar que a Justiça Eleitoral aceitaria sua candidatura. Era fake, claro

A farsa se esticou até o fim de agosto, quando o TSE finalmente indeferiu a “candidatura” do presidiário; no lugar dele, entrou o poste Fernando Haddad, derrotado por Jair Bolsonaro no 2º turno.

A última tentativa de tumultuar o ambiente ocorreu no último dia antes do recesso de fim de ano do Judiciário: no apagar das luzes, o ministro Marco Aurélio Mello concedeu uma liminar mandando soltar todos os presos em segunda instância — a decisão beneficiaria Lula e outros 169 mil presos.

A PGR recorreu e o presidente do STF, Dias Toffoli, derrubou a decisão.

¹⁶ Disponível em: <https://www.oantagonista.com/brasil/enfim-lula-presos-amanha/> Acesso em: 06 de janeiro de 2019

O assunto, contudo, já tem data marcada para voltar à pauta do Supremo: 10 de abril.

Lula poderá, então, deixar a cadeia, mas ainda deve muito à Justiça.

Os processos sobre a reforma do sítio de Atibaia e sobre a compra do terreno para o Instituto Lula já estão nas mãos da juíza Gabriela Hardt, substituta de Sergio Moro na Lava Jato (há mais outros processos em andamento). Hardt já mostrou a que veio ao tomar o depoimento do petista.

As sentenças devem sair até abril, o mesmo mês que Dias Toffoli marcou para novo julgamento sobre a validade das prisões para condenados em segunda instância. Deve ser coincidência, claro.

A lição deste ano: não basta colocar Lula na cadeia — é preciso vigilância permanente para mantê-lo lá¹⁷.

A postura elogiosa à juíza Gabriela Hardt, que substituiu Moro no comando da Lava Jato denota outro aspecto importante desse contexto: o destaque e as loas tecidas a personagens do Judiciário, como o próprio Sergio Moro, hoje ministro da Justiça e Segurança Pública, Deltan Dallagnol, dentre outros. Tal relação com o Judiciário contribui, inclusive, para o acúmulo de capital político e simbólico, como indica o estudioso Timothy Power em entrevista concedida à revista Valor Econômico e publicada dia 04 de janeiro de 2019¹⁸.

E de onde parte tamanha animosidade contra o ex-presidente?

Essa pergunta não é fácil e nem rápida de se responder e tampouco está isenta de polêmicas. Sua abordagem também se interpõe às disputas narrativas que são o objeto deste ensaio. Especialmente em um contexto tão polarizado tal como o atravessado pelo Brasil. A história do tempo presente evidencia essa relação próxima com o objeto, especialmente no que diz respeito aos seus usos públicos; os debates sobre o revisionismo histórico e a ética do historiador (TRAVERSO, 2007,

¹⁷ As longas citações são necessárias para entender o texto de forma contínua e não correr o risco de descontextualizar as informações analisadas.

¹⁸ "O maior nome da luta contra corrupção do Brasil é Sérgio Moro. Se você é um político inteligente e racional, você vai convidá-lo para o governo. O que me surpreendeu foi a rapidez com que Sérgio Moro aceitou o convite", afirma. Disponível em: <https://www.valor.com.br/cultura/6047855/bolsonaro-nao-e-um-calouro-diz-brasilianista-de-oxford?fbclid=IwAR1ziNzpGSKh4pE-WXYw-FEVqL8JSkhnwBox1Rxlio6dygHG8RQt3Yk7NGk> Acesso em: 06 de janeiro de 2019

pp. 100-101). Tal relação se complexifica na medida que consideramos os debates mais recentes acerca da natureza do conhecimento histórico; se a história enquanto disciplina não existe se não for escrita, qual tipo de relação se estabelece entre o objeto e sua narração e quais as suas propriedades formais (CHARTIER, 2009, p. 14)?

Logo, ao tratar do ex-presidente Lula, uma figura que divide opiniões tão opostas e que suscitam paixões fortes e cujos usos se colocam mesmo no presente em que escrevo esse texto. É importante enfatizar que a relevância do papel de Lula para o cenário que aqui abordo não se reduz de maneira alguma aos anos de seu governo, mas perpassa também o mandato de Dilma Rousseff. A oposição radical ao lulopetismo, que tem sido explicada por um conceito específico, o *antipetismo*, apresenta contornos específicos, mas alimentado por um aspecto importante da cultura política brasileira, o *anticomunismo*¹⁹.

Quais elementos *culturais*, portanto, há de se elencar?

Fundamental citar o papel do anticomunismo no fomento a tais representações contra o PT e como elemento inspirador do chamado *antipetismo*. Tal fenômeno teve três momentos de emergência na história política brasileira (BATISTA, 2017, p. 3).

O anticomunismo brasileiro é um elemento datado da década de 1930, emergente após o início das movimentações dos grupos comunistas brasileiros; vale lembrar que o Partido Comunista Brasileiro foi fundado em 1922 e em 1935 articulou uma malfadada tentativa de chegar ao poder, o que foi fortemente utilizado como pretexto pelo regime Vargas para o golpe de 10 de novembro de 1937 e para a perseguição desses grupos. A paranoia anticomunista teve seu auge com o chamado *Plano Cohen*, forjado simular uma possível ameaça comunista.

¹⁹ Ao tratar da questão do anticomunismo para a cultura política brasileira, não significa, de modo algum, reduzir toda a cultura política brasileira a um aspecto único e geral, mas sim considerar tais manifestações dentro de um conjunto mais amplo, que são instrumentalizadas em momentos específicos como estratégias do jogo político (cf. BERSTEIN, 2009; MOTTA, 2009, 2013 e 2018; BATISTA, 2017).

Nos anos 1960, tal *paranoia* emerge novamente e foi amplamente utilizado para justificar o golpe civil-militar de 1964 contra o presidente João Goulart. Nas duas décadas anteriores, os movimentos comunistas foram perseguidos e mantidos na ilegalidade, sobretudo pela ditadura do Estado Novo. Todavia, na conjuntura polarizada dos anos 1960, o legado de Getúlio Vargas e do trabalhismo foi interpretado e utilizado como argumento contra o governo Jango (DELGADO, 2005, pp. 490-491).

Com a transição da ditadura militar para a democracia, diversos atores políticos envolvidos tanto na sustentação do regime, quanto na oposição assumem posturas distintas na conjuntura; de modo geral, cabe enfatizar dois pontos importantes: o primeiro diz respeito à construção da memória de esquerda sobre o regime, que obliterou a luta pelo socialismo e colocou a luta armada dentro do escopo da *oposição democrática*, bem como o apoio social à ditadura (AARÃO REIS, 2000, p. 9)²⁰. Tal base leva ao segundo ponto: vários dos atores políticos que se mantiveram no poder após o fim do regime militar vieram das fileiras da situação, como o primeiro presidente civil, José Sarney²¹. Em 1989, na primeira eleição direta para a presidência da República, o candidato vitorioso era também um egresso das elites situacionistas: dez anos antes, Fernando Collor de Melo, fora nomeado prefeito de Maceió, filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista (FREIRE e CARVALHO, 2018, p. 131).

É nesse contexto da transição política que o PT foi fundado, no bojo das lutas sindicais do ABC paulista, no ano de 1980, após a reforma eleitoral que permitiu a criação de novos partidos políticos²². O partido se assume com uma postura

²⁰ Por conta de tal apoio, o historiador Daniel Aarão Reis se vale do conceito *ditadura civil-militar* para tratar o regime no Brasil.

²¹ Grande parte da longeva carreira política de José Sarney se deu durante o período da ditadura militar; em 1964, era deputado federal quando houve o golpe e em 1971 tornou-se senador. Em 1976, questionou a natureza da ditadura militar em depoimento ao jornal Estado de São Paulo: “Que ditadura é essa no Brasil em que não há ditador?” (FERREIRA, 2018, p. 38).

²² Entre 1965 e 1979, vigorou o bipartidarismo no Brasil, após a dissolução dos partidos políticos existentes até então com o Ato Institucional nº2 e a sua reorganização compulsória em dois partidos

considerada *antissistema* durante a década de 1980, tendo disputado as eleições de 1989 e chegado ao segundo turno; tal orientação se mantém até o ano de 1994, quando José Dirceu foi eleito presidente do partido, dando-lhe uma orientação mais pragmática quanto às alianças e a seu discurso (FREITAS, 2011, p. 69).

Em 2002, o partido chegou ao poder com a eleição de Lula, reeleito em 2006. Em seus mandatos, o presidente adotou uma linha desenvolvimentista, com forte política social. Medidas tais quais o Bolsa Família e o Prouni, combinadas à política de valorização do salário mínimo, cujo valor saltou de R\$200,00 para R\$540,00 durante seu governo, contribuíram para que suas gestões ficassem marcadas por desenvolvimento social e econômico (MOTTA, 2018, p. 422). Todavia, a corrupção adentrou a agenda do país por conta das denúncias do Mensalão, em 2005. O discurso anticorrupção foi exacerbado e amplamente utilizado pelos opositores do governo Lula, de forma a desgastar sua imagem e impedir a reeleição no pleito de 2006. Porém, o efeito só se fez sentir a longo prazo; Lula não só se reelegeu presidente, como também *construiu* sua sucessora, Dilma Rousseff, considerada por muitos como um *poste*.

Vale lembrar também que, dentre as críticas desferidas ao *lulopetismo*, as políticas assistenciais possuem grande relevância, porque são representadas como *cabresto eleitoral*, de forma a manter os beneficiários em condição miserável, bem como a *fidelidade* destes na hora do voto. Tal aspecto, levado ao extremo, foi lido através de uma ótica anticomunista, de forma que estas seriam exemplos da orientação política do governo.

políticos, através do Ato Complementar nº 4: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), governista, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), oposição consentida. Tal sistema sufocava a possibilidade de surgimento de novos partidos, ficando a vida partidária brasileira restrita a esse dois somente (SOARES, TAUIL e COLOMBO, 2016, p. 12). Em 1979, o bipartidarismo foi suspenso e em 1980 a nova lei eleitoral possibilitou a organização de novos partidos, como o PT, o PDT, o PTB, dentre outros. A ARENA se transformou em Partido Democrático Social (PDS), mais tarde transformado em Partido Progressista Brasileiro, com outros partidos aglutinados; por sua vez, o MDB tornou-se PMDB. Recentemente, tornou a ser MDB, como forma de resgate da sua popularidade.

Outro ponto importante a se destacar é o contexto geopolítico da América Latina. Durante os anos 2000, diversos partidos próximos à esquerda chegaram ao poder em países como Venezuela, Argentina, Bolívia, Paraguai, Chile e Equador, e o Brasil se alinhou diplomaticamente a estes, indicando uma postura de liderança regional, mantendo aproximação, inclusive, com o regime comunista cubano. Tal posicionamento indicariam uma tendência em instaurar o comunismo no Brasil²³.

Tal imaginário anticomunista foi utilizado ao extremo nas manifestações pelo *impeachment* da presidente Dilma. A *coincidência* entre as imagens²⁴ abaixo quanto ao teor do discurso é bastante sugestiva.



²³ No bojo de tal imaginário, o Foro de São Paulo exerce um papel preponderante. Organização fundada em 1991, o Foro congrega partidos de esquerda das Américas com vistas a estabelecer debates e políticas comuns aos movimentos inseridos no grupo. Dentre os partidos brasileiros estão o PDT, o PCdoB e, claro, o PT.

O Foro foi muito explorado nos últimos anos pela oposição aos governos petistas como sinal de sua verve comunista. Inclusive foi citado em debate na campanha eleitoral de 2018 pelo candidato do PATRIOTA, Cabo Daciolo, como parte de um plano chamado União das Repúblicas Socialistas da América Latina (URSAL). O termo foi cunhado de forma irônica pela socióloga Maria Lucia Victor Barbosa, também crítica aos governos petistas, e já circulou por muito tempo na internet como uma denúncia séria, havendo até mesmo um site para tanto. Disponíveis em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/critica-do-pt-sociologa-diz-que-inventou-ursal-em-2001-como-ironia.shtml> Acesso em 6 de janeiro de 2019 e <http://www.dossieursal.com/> Acesso em 6 de janeiro de 2019

²⁴ Disponível em: <https://voyager1.net/historia/umberto-eco-a-nebulosa-fascista/attachment/brasil-nova-cuba/> Acesso em 6 de janeiro de 2019

Portanto, a abordagem da prisão de Lula e todo o sentimento antipetista cristalizado nos conturbados anos 2010 perpassa o anticomunismo ao discurso anticorrupção. Como já dito, tal combinação já havia sido feita outrora e destaque a eleição de Fernando Collor de Melo em 1989, que, inclusive, chegou a utilizar em debate presidencial a frase notabilizada no ocaso do governo Dilma: *a nossa bandeira jamais será vermelha*.

No caso específico do ex-presidente Lula, a situação é ainda mais profunda devido ao seu imenso capital político, de modo a mobilizar opiniões dramaticamente opostas. O cenário polarizado e a insuficiência das ações dos políticos brasileiros em buscar o apaziguamento da situação são fundamentais para que a divisão continue. Inclusive, o acirramento dos ânimos foi e é muito utilizado por figuras como o presidente Jair Bolsonaro.

Por outro lado, tal capital político do ex-presidente implica também em sua imensa popularidade. Logo, seu nome e o legado de seus governos foram maciçamente utilizados nas eleições presidenciais de 2018 e é um ponto fundamental para se compreender o tamanho e a relevância do PT para a política brasileira. Apesar do período sombrio que este atravessa, fez a maior bancada na Câmara de Deputados, 56, além de ter apoiado todos os governadores eleitos da região Nordeste, bem como ter sido o partido que mais elegeu governadores²⁵.

No caso do discurso anticorrupção, vale ressaltar que este também foi fortemente utilizado pelo PT antes de chegar ao poder, como forma de combater os seus opositores, até mesmo nas disputas presidenciais em que tomou parte (MOTTA, 2018, p. 426). Logo, seu *corrompimento* contribui até mesmo para deslegitimar seu discurso e fomentar o discurso antipolítica: quem entra, se corrompe. Tal tônica foi fortemente utilizada em campanha por Bolsonaro (SOLANO, 2018, p. 14) e que

²⁵ Foram quatro: os reeleitos Camilo Santana (Ceará), Wellington Dias (Piauí) e Rui Costa (Bahia), além da ex-senadora Fátima Bezerra (Rio Grande do Norte).

esteve presente de forma mais ampla no cenário político a partir das eleições municipais de 2016²⁶.

Portanto, o episódio da prisão do Lula, mais do que polarizar a opinião por diversos fatores, entrelaça diversos aspectos da institucionalidade e da vida política no Brasil. O conceito de cultura política é fundamental para essa compreensão e permite ao historiador um olhar sobre os fenômenos políticos que não se esgota somente em fenômenos *racionais* e mais facilmente perceptíveis.

Referências bibliográficas

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000

BATISTA, Ariel Cherxes. O anticomunismo brasileiro e a afirmação de um passado recomposto. In: **XI Semana de História UFES: Golpes, Revoluções, Utopias, Desilusões e Lutas Sociais**. Anais da XI Semana de História UFES, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/semanadehistoria/article/view/23089>

BERNSTEIN, Serge. Culturas Políticas e Historiografia. In: AZEVEDO, Cecília. ROLLEMBERG, Denise. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. KNAUSS, Paulo. QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1987.

_. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

²⁶ A figura do *gestor* foi explorada por João Dória, do PSDB, eleito prefeito de São Paulo em 2016 e a governador de seu estado em 2018 e por Alexandre Kalil, do Partido Humanista Social (PHS), eleito prefeito de Belo Horizonte. Na eleição presidencial, não foi diferente, e a emergência do Partido Novo, do candidato a presidente João Amoedo e do governador de Minas Gerais Romeu Zema indica bem o uso desse tipo de ideia.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In.: _____. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da Nova República. Da transição democrática à crise política de 2016. Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, v. 5., pp. 27 - 73.

FREIRE, Américo. CARVALHO, Alessandra. As eleições de 1989 e a democracia brasileira: atores, processos e prognósticos. In.: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *Op. Cit.*

FREITAS, Auxilia Ghisolfi de. Da crítica anti-sistêmica ao pragmatismo: a trajetória do Partido dos Trabalhadores. In.: PEREIRA, Valter Pires. OLIVEIRA, Ueber José (orgs.). **O PT na institucionalidade democrática brasileira**. Vitória: GM Editora, 2011 (Coleção Rumos da História).

LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo - Edição Especial - pp. 5 - 13. Junho de 2017. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/produto/especial-dinamicas-da-crise/>

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação da cultura política pela historiografia. In.: _____ (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

_. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, Luciano Aronne de. _____ (orgs.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013, pp. 9 - 32.

_. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e argumento**. Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan - mar 2018

_. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In.: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *Op. Cit.*

SOARES, Alessandro O. TAUIL, Rafael M. COLOMBO, Luciléia. O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB. **Sinais**, n. 19, pp. 7 a 19. Vitória, 2016.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

SOLANO, Esther. Crise da democracia e extremismos de direita. **Análise**, n. 42. Friedrich Ebert Stiftung. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>

TRAVERSO, Enzo. **El pasado**. Instrucciones de uso. Historia, memoria, política. Marcial Pons: Madrid, 2007.